

Data de recebimento: 08/06/2019

Data de aceite: 29/08/2019

REFLEXÕES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA NO SÉCULO XXI

Jerônimo Vieira Dantas Filho¹

Resenha de: MOURÃO, Kleber Antonio da Costa; SILVA, Sérgio Felipe Melo. Reflexões acerca do desenvolvimento da Amazônia no século XXI. Belém: Editora Folheando, 2018. 162p.

Kleber Antonio da Costa Mourão, quando organizou a obra supracitada era Doutorando em Administração pela Universidade da Amazônia, Presidente do Conselho Regional de Economia do Pará e Amapá, Economista da SUDAM/Ministério da Integração Nacional, e Membro Titular do Colégio de Vogais da Junta Comercial do Estado do Pará.

Sérgio Felipe Melo da Silva, Mestre em Desenvolvimento Econômico Regional pela Universidade Federal do Pará, também se ocupa no Conselho Regional de Economia do Pará e Amapá.

Os autores trazem para o nosso conhecimento a importante discussão sobre os princípios multiescalar, multidimensional e transversal da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) a fim de debater seus amplos aspectos na Amazônia, seus dilemas e desafios, seu financiamento e como a coordenação da política pode ser ponto chave na resolução dos conflitos socioeconômicos e ambientais.

Esta obra se encontra organizada em sete capítulos que tratam das ações do Governo Federal para o desenvolvimento da Amazônia no século XXI. Desde 2007, estas ações estão vinculadas à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a qual possui na região amazônica como principais instrumentos de atuação o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e os Incentivos Fiscais. A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco da Amazônia S.A são as instituições responsáveis pela gestão dos instrumentos e operacionalização da política.

Capítulo 1 - perpassa pelos princípios multiescalar, multidimensional e transversal da PNDR para debater seus amplos aspectos na Amazônia, como os dilemas e desafios, o seu financiamento e de que forma a coordenação da política pode ser ponto chave na resolução dos problemas. Nota-se, porém, a carência de fontes de recursos para o atendimento de necessidades da sociedade que não estão intimamente relacionadas ao crescimento do PIB. Aliás, avista-se que a política regional ainda carece de coordenação entre seus instrumentos e suas próprias instituições, além do alinhamento aos entes federativos na direção da solução dos entraves.

Capítulo 2 – os autores procuraram diminuir a carência de estudos existentes sobre a gestão e efetividade do FNO no desenvolvimento econômico da Região Norte e, para tal, se propõe a comensurar o orçamento e execução orçamentária do FNO; analisar a emprego dos recursos; mensurar a capacidade de atrair e também manter empreendimentos produtivos, seus impactos na geração de emprego e renda e reflexos na atividade econômica e qualidade de vida na região. Ainda que os indicadores de produção de riqueza e de qualidade de vida da Região Norte estejam quem

¹ Doutorando em Ciências Animal pela Universidade Federal do Acre, Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de Rondônia e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Engenheiro de Pesca pela Universidade Federal de Rondônia. E-mail: jeronimovdantas@gmail.com.

dos níveis nacionais, os números que demonstram o impacto do FNO na região são significativos e caracterizam que o fundo tem colaborado para reduzir os desníveis sociais e econômicos.

Capítulo 3 - aborda como os três instrumentos explícitos da PNDR se comportam em momentos de crise econômica, como a que surgiu em 2008. A hipótese é que os instrumentos foram afetados no período de 2008 a 2013. Entretanto, notou-se que os recursos disponibilizados para a PNDR foram pouco afetados em decorrência: da financeirização dos fundos constitucionais, que deram sustentabilidade financeira a eles; ao caráter orçamentário dos fundos de desenvolvimento; às peculiaridades das economias regionais das adequações às normativas nos incentivos fiscais.

Compreende-se o caráter de instrumento de política econômica que pode ser dado aos fundos e incentivos fiscais em situações de crise. Os problemas na política são outros, como a concorrência entre os dois fundos na Amazônia, a articulação entre seus objetivos, o público alvo dos financiamentos, os imbróglis na elaboração da PNDR II e a crise nas políticas de desenvolvimento regional desde os anos 1980.

Capítulo 4 - Os autores discutem nesse capítulo no sentido de analisar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) como instrumento de Gestão do Desenvolvimento Econômico da Amazônia Legal, justificando a necessidade de intervenção pública na lógica natural de mercado estimulando a atividade econômica e o desenvolvimento regional. As teorias do Desenvolvimento Regional convergem para a concepção de desenvolvimento econômico por meio do crescimento da atividade produtiva por meio da industrialização, defluente da necessidade de planejamento estatal e concessão de estímulos às atividades produtivas. A PNDR utilizada para a Amazônia Legal contempla tais elementos e o texto apresenta sua lógica e instrumentos de ação, quais sejam: o FNO, o FDA e os Incentivos Fiscais sobre o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IR). Notase que a PNDR e seus instrumentos têm grande impacto na Amazônia Legal, responsabilizando-se pela atração/manutenção de 410.897 empreendimentos/ negócios/projetos, sendo: 408.897 operações do FNO, 1.983 Incentivos Fiscais e 17 Projetos do FDA, os quais estima-se que geraram 4,6 milhões de empregos. Entretanto, ainda se observa que a Amazônia carece de melhores indicadores de riqueza e, sobretudo, de qualidade de vida, sinalizando a relativa eficácia da política e para a necessidade de refinamento para potencializar sua efetividade.

Capítulo 5 - Mourão e Silva (2018) buscam apresentar um panorama das avaliações sobre o desenvolvimento regional no Brasil a partir dos anos 2000, sobretudo, os instrumentos da PNDR. Por meio da análise apresentara os fundos constitucionais para as regiões Norte e Nordeste, a eficácia e a efetividade e os impactos econômicos são os mais pesquisados. E a partir dos resultados constatou-se que os fundos constitucionais impactaram no emprego e na massa salarial, mas não no salário médio, além de que ainda falta avançar em aspectos ambientais e sociais das avaliações, na produtividade das atividades atendidas e na concentração inter-regional. Percebeu-se uma divergência em torno do PIB, a variável mais utilizada para medir as desigualdades regionais. Alguns constataram não afetar positivamente o PIB per capita macrorregional, enquanto outros encontraram efeitos positivos no valor adicionado, impostos, produção e no financiamento local. Outro indicativo importante foi de que quanto mais pulverizado o crédito, maiores os efeitos positivos sobre a economia.

Capítulo 6 - Os autores trouxeram a questão ambiental, que tem sido nos últimos 40 anos um dos temas mais importantes, discutido em nível mundial, o que decorre do fato da testificação de o clima vir sofrendo grandes alterações como resultado do aumento da poluição nos países mais industrializados, além do mais, aqueles países que têm feito suas trajetórias de desenvolvimento sistematizada na exploração intensiva de recursos naturais. Abordou-se a importância de mensurar impactos ambientais oriundos do sistema econômico por meio do estudo das relações intersetoriais. Mourão e Silva (2018) também comentam sobre aplicações para a Amazônia, em que a questão ambiental é uma das mais importantes, mas ainda não figura nas pautas principais do desenvolvimento regional. A partir da revisão teórica e bibliográfica do tema, foi possível constatar, dentre outros fatos, que o melhor desempenho econômico de atividades que possuem altos requerimentos de energia aumenta a pressão sobre os recursos naturais e, portanto, aumenta o nível da poluição.

E por fim, porém igualmente relevante, o capítulo 7 - foi apresentado pelo autores sobre o desenvolvimento regional ser é uma temática relevante na história brasileira, na qual as superintendências regionais tiveram um lugar de destaque, no entanto, foram se enfraquecendo ao longo dos anos. No dito Lulismo, foi tentado um retorno às políticas de redução das desigualdades

regionais, caso da PNDR, que logrou pouco êxito em seus objetivos. Neste sentido, cada instituição ou instrumento envolvido com a PNDR encontrou o seu lugar dentro do Governo Federal e no Estado, o que leva o texto a buscar, com base na economia política, os caminhos estabelecidos pelas instituições e recursos envolvidos com o desenvolvimento regional brasileiro e propor ideias para o seu fortalecimento no âmbito estratégico, financeiro, governativo e como ator intelectual e executivo.

Como é possível verificar, os instrumentos bem como a política, são retratados pelos autores da obra por diversos ângulos. Desde aspectos mais abrangentes como governança, teoria e história nos capítulos 1 e 4, até mais especificamente buscando resultados efetivos na sociedade, como é visto nos capítulos 2 e 5. Buscou-se ainda espaço para tratar da temática ambiental, no capítulo 6, que consta fora das principais discussões sobre desenvolvimento regional. O capítulo 3 apresenta a força que os instrumentos do desenvolvimento da Amazônia apresentaram nos anos de crise econômica mundial (2008 – 2013), e o capítulo 7 finaliza a obra apresentando propostas para o fortalecimento das instituições de desenvolvimento regional na Amazônia.

Para análise crítica, pude percorrer minuciosamente pelas informações contidas no livro de Mourão e Silva (2018), e concordo em grande parte com as informações perpassadas pelos autores, contudo, inclino-me mais pelas discussões de Serra e Fernandes (2004) e Fearnside et al. (2012), porque não se pode facilmente remediar a realidade, ou seja, o conhecimento instrumental por meio do referido processo de desenvolvido da Amazônia por meio de degradação desenfreada. Por exemplo, pode-se incluir aqui as propostas de “congelar” qualquer atividade humana na Amazônia, preservando esta como um grande laboratório da biodiversidade para a indústria farmacêutica. Em resumo, acredita-se que a sociedade terá motivos de sobra para ser otimista quanto às perspectivas do desenvolvimento econômico da Amazônia. Todavia, deixar completamente de lado as perspectivas pessimistas seria neste momento um exercício de ingenuidade.

Equitativamente, Abramovay (2010) e Brandão concordam que, quem lida e milita com a questão regional mantém a enorme utopia de, idealmente, fazer operar políticas concebidas e estruturadas, esparsa, pontual e setorialmente, conforme lógicas sistêmicas e coerentes, sob a orientação de uma estratégia espacializada de desenvolvimento. Conquanto, crê e luta por enquadramentos em molduras regionais-territoriais-espaciais das grandes questões nacionais. Portanto, mesmo com as conjunturas adversas, ainda há esperança de que as utopias possam mover o mundo em uma direção melhor do que a que nos encontramos atualmente, porque esse papel tem potencial de conscientização não se limitante às autoridades, mas também a população em geral, comunidade científica, e outros, consonante a Fearnside et al. (2012).

Retomando sobre a obra, o tom crítico do texto é marcante e relevante para instigar a conscientização, bem como a busca por resultados e conclusões cabíveis ao viés ambiental, objetivando gerar contribuições para o alcance de maiores patamares de desenvolvimento na região amazônica. O livro é proveitoso não somente para estudiosos de história, ciências agrárias, geografia física e humana, relação sociedade e natureza, geografia agrária e urbana, e outros, mas toda a sociedade, porque alcança o papel social de todos. Bem como, incita a pensar e debater os aspectos do desenvolvimento da Amazônia, seus dilemas e desafios, assim sendo, apresenta algumas possibilidades de resolução dos conflitos socioeconômicos e ambientais.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil? Revista Novos Estudos, n.87, 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/nec/n87/a06n87.pdf> >. Acesso em: 27 ago. 2019.
- BRANDÃO, C. Avançamos na PNDR II, mas falta transformá-la em uma estratégia de Estado. Revista Política e Planejamento Regional, v.1, n.2, p.339344, 2014. Disponível em: <<http://www.revistappr.com.br/artigos/extra/552577c6e121f.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2019.
- FEARNSIDE, P. M.; LAURENCE, W. F.; COCHRANE, M. A.; BERGEN, S.; SAMPAIO, P. D.; BARBER, C.; D'ANGELO, S.; FERNANDES, T. The future of Amazonia: models to predict the consequences of future infrastructure in brazil's multi-annual plans. Novos Cadernos NAEA, v.15, n.1, p.25-52, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/865/1331>>. Acesso em: 22 ago. 2019.
- MOURÃO, K. A. C.; SILVA, S. F. M. Reflexões acerca do desenvolvimento da Amazônia no século XXI. Belém: Editora Folheando, 2018. 162p.

SERRA, M. A.; FERNANDEZ, R. G. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. *Economia e Sociedade*, v.13, n.23, p.107-131, 2004. Disponível em: <http://www.reasul.org.br/files/desenvolvimento_da_amazonia.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.